

A questão identitária nas eleições municipais de 2020: uma genealogia do conceito de “identitarismo” no Twitter

The identity issue in the 2020 municipal elections: a genealogy of the concept of “identitarismo” on Twitter

Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira

Estágio pós-doutoral no PPG em Comunicação e Territorialidade da UFES. Bolsista Capes. Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas (POSCOM/UFBA).

UFES, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades, Vitória (ES), Brasil.

Resumo

As eleições municipais no Brasil em 2020 foram marcadas, entre outras coisas, pelo debate da representação identitária dos candidatos. Nas plataformas de redes sociais, a questão foi amplamente discutida e pautou parte do processo, incluindo o surgimento de neologismos como “identitarismo”. Esta pesquisa, de método misto, com uma etapa de processamento automatizado de linguagem natural e uma outra genealógica, tem como objetivo compreender o que está sendo chamado de “identitarismo” no Twitter, de quais fenômenos o conceito tenta dar conta e o que ele tem produzido no jogo político atual. Após elaborarmos a teorização sobre representação e identidade, discorreremos sobre as disputas políticas ao redor da raça, do gênero e da sexualidade e as controvérsias produzidas sobre os partidos políticos alinhados à esquerda no Twitter. Concluímos que o “identitarismo” é usado como uma adjetivação que classifica um suposto movimento, perspectiva, partido ou ação política que inclui em sua base questões de minorias raciais, de gênero e sexuais. Entretanto, fica evidente que nenhum movimento se reivindica

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v23.ed51.2023.365>

ALCEU (Rio de Janeiro, online), V. 23, Nº 51, p. 70-93, set./dez. 2023

enquanto “identitarista” e, de modo geral, o uso do termo é para depreciar estratégias políticas que se baseiam prioritariamente na defesa de algumas minorias.

Palavras-chave: Twitter. Eleições municipais. Identidade. Raça. Gênero.

Abstract

The municipal elections in Brazil in 2020 were marked, among other things, by the debate on the candidates' identity representation. On social media platforms, the issue was widely discussed and it was part of the process, including the emergence of neologisms such as "identitarismo" (identitarianism). This research, using a mixed method, with an automated natural language processing step and a genealogical one, aims to understand what is being called “identitarianism” on Twitter, which phenomena the concept tries to account for and the that it has produced in the current political game. After we elaborated on the theorization between the theme of representation and identity, we discussed the political disputes around race, gender and sexuality, and the controversies about the left-aligned political parties on Twitter. We conclude that “identitarismo” is used as an adjective that classifies a supposed movement, perspective, party or political action based on issues of racial, gender and sexual minorities. However, it is evident that no movement claims to be “identitarista” (identitarian) and, in general, the term is used to disparage political strategies that are primarily based on the defense of some minorities.

Keywords: Twitter. Municipal elections. Identity. Race. Gender.

Resumen

Las elecciones municipales en Brasil en 2020 estuvieron marcadas, entre otras cosas, por el debate sobre la representación identitaria de los candidatos. En las plataformas de redes sociales, el tema fue ampliamente discutido y guió parte del proceso, incluyendo la aparición de neologismos como “identitarismo”. Esta investigación de método mixto, con una etapa de procesamiento automatizado del lenguaje natural y otra genealógica, tiene como objetivo comprender lo que se está llamando “identitarismo” en Twitter, qué fenómenos trata de dar cuenta el concepto y qué ha producido en la actualidad. juego politico Luego de profundizar en la teorización sobre la representación y la identidad, discutimos las disputas políticas en torno a la raza, el género y la

sexualidad, y las controversias producidas sobre los partidos políticos alineados a la izquierda en Twitter. Concluimos que “identitarismo” es utilizado como un adjetivo que clasifica un supuesto movimiento, perspectiva, partido o acción política que incluye en su base cuestiones de minorías raciales, de género y sexuales. Sin embargo, es evidente que ningún movimiento pretende ser “identitario” y, en general, el uso del término es para desacreditar estrategias políticas que se basan principalmente en la defensa de algunas minorías.

Palabras clave: Twitter. Elecciones municipales. Identidad. Raza. Género.

1 Introdução

As eleições municipais em 2020 no Brasil tiveram algumas excepcionalidades. Uma delas foi o fato de terem acontecido em meio à pandemia de Covid-19, o que fez com que a data da votação fosse adiada em mais de um mês, estimando a queda de contágio do vírus e a adequação das campanhas aos novos protocolos sanitários. Outro fator é que elas foram pautadas, em parte, pela definitiva inclusão das questões de gênero, raça, e sexualidade, o que foi denominado em certas esferas do debate público de “pautas identitárias”.

Analistas políticos na mídia avaliaram que um dos vitoriosos nas eleições municipais 2020 foram os candidatos pertencentes e defensores das pautas de grupos minoritários. Atribuem-se a isso uma reação a políticas de extrema-direita e a articulação ativa dos movimentos sociais dessas minorias no sentido de sensibilizar o eleitorado para suas causas.

Um dos resultados efetivos dessas ações foi que pelo menos 89 pessoas abertamente LGBTs foram eleitas em 69 cidades do país (sendo que foram 32 em 2016). Erika Hilton (PSOL), negra, foi a primeira vereadora trans eleita na cidade de São Paulo; com 50.508 votos, foi a mulher mais votada do país (ANÍBAL, 2020). Em Aracaju, de todos os candidatos, a mais votada foi a mulher trans Linda Brasil (PSOL). Em Belo Horizonte, Duda Salabert (PDT), também trans, recebeu a maior quantidade de votos da cidade. Em 2020, Curitiba elegeu sua primeira vereadora negra, e Porto Alegre mais que dobrou seus candidatos negros. 44% dos vereadores eleitos nas capitais foram negros e negras, e 18%, mulheres. Por outro lado, em 53% das cidades brasileiras, nenhuma mulher negra foi eleita para cargos nas Câmaras Municipais (GÊNERO E NÚMERO, 2020).

No Brasil, as mulheres vereadores foram de 13,5%, do pleito anterior, para 16% em 2020. Mulheres eleitas para prefeitas foram 12,2%, contra 11,6% do pleito anterior. Proporcionalmente, aumentou o número de mulheres negras candidatas, de 16,3% em 2020 para 14,7% do total em 2016. O fundo eleitoral sofreu mudanças no pleito de 2020; pela primeira vez, foi distribuído igualmente pelo número proporcional de mulheres e negros dentro dos partidos (DW, 2020).

Os usuários de uma das principais plataformas de redes sociais, o Twitter, estiveram ativamente debatendo o fenômeno durante o processo eleitoral. Uma das questões que pautaram esses usuários foi justamente o que foi chamado de “identitarismo”, que, do modo como tem sido usado, é um neologismo¹ que se refere a um suposto movimento, perspectiva, partido ou ação política que calca sua luta política em grupos de minorias de raça, gênero e sexualidade.

Mas, afinal, o que é mesmo “identitarismo”? Neste trabalho, além de responder essa questão, nos interessou compreender de quais fenômenos o conceito tenta dar conta e o que ele tem produzido no jogo político atual. É visando responder essas indagações que mapeamos seus usos no debate on-line na plataforma e produzimos uma narrativa que delinea os dispositivos operacionalizados e a diversidade de discursos e controvérsias que ele comporta.

Esta pesquisa utiliza métodos de processamento de linguagem natural para produzir uma narrativa sumarizada a partir de uma grande quantidade de dados. A parte empírica da pesquisa foi realizada em quatro etapas: coleta, tratamento, mineração e análise dos dados. Como veremos logo abaixo, parte da pesquisa é quantitativa (classificação hierárquica descendente), e parte é qualitativa (análise genealógica do discurso), feita de maneira híbrida entre o componente humano e o computacional.

A coleta de dados foi feita por meio de uma aplicação usando a linguagem R que varreu todo o conteúdo publicado na plataforma do Twitter a partir de certos termos. Buscamos por *tweets*² em português realizados por pessoas que publicaram no Brasil. A coleta foi feita em duas etapas, uma realizada no dia 21 de novembro de 2020, que coletou as publicações feitas uma semana antes e uma semana depois do primeiro turno das eleições municipais (15/11/2020), e outra realizada no dia 6 de

¹ Por ser esse um conceito ainda em disputa, pouco preciso, sempre o escreveremos, ao longo do texto, entre aspas (não só ele, mas outros usos circunstanciais de expressões) para evidenciar seu uso pontual pelos usuários no período em questão. É uma palavra cujo sentido está em suspenso, em conflituosa negociação.

² *Tweet* é como é chamada cada publicação feita pelos usuários no Twitter.

dezembro, que coletou as publicações referentes ao mesmo período de tempo do segundo turno das eleições (29/11/2020). A lógica adotada para a busca eram *tweets* que continham o termo “identitarismo” ou “identitário” (e sua variação “identitária”, inclusive usando ou não o acento). Essa etapa da pesquisa resultou em 2.849 *tweets* no primeiro turno e 1.928 no segundo, somando um total de 4.777 documentos sobre a temática.

Esses *tweets* foram tratados também por meio de aplicações em linguagem R nas quais foram excluídas palavras que não nos interessavam (as chamadas *stopwords*), como artigos e pronomes, por exemplo, e foram estruturados para serem lidos pelo programa de análise textual. Esse texto que foi tratado foi processado pelo software Iramuteq, gratuito e com fonte aberta.

Foi utilizado o Método de Classificação Hierárquica Descendente (Reinert), no qual, após se fazer uma análise dos termos do *corpus* textual e sua cooperação mútua para a construção semântica, se gerou uma classificação estável e definitiva (após repetidos testes do tipo X2 feitos pela aplicação). O software entregou como saída uma representação visual da coocorrência de termos e os agrupou em categorias. Essa categorização feita pelo software é um processo de sumarização automatizada que nos permite organizar a circulação de sentido ao redor da questão identitária nas eleições municipais de 2020, o que virtualmente não seria possível tendo em vista a quantidade de dados em questão.

A análise dos dados é feita selecionando a partir da representação produzida pelo Iramuteq – e organização dos documentos (*tweets*) em listas a partir dos termos, feitas pelo próprio software – cada um dos termos estratégico a nosso problema de pesquisa, analisando-os qualitativamente em sua diversidade de sentido contextual nos *tweets* originais. Finalmente apresentamos um relato da produção de sentido ao redor da questão identitária, o que nos permite aferir em quais direções a disputa de sentido orbitou, quais foram os dispositivos utilizados e de que modo foram operacionalizados.

Entendemos o método genealógico como uma análise dos discursos em seus aspectos belicosos, que foca no conflito pela verdade, buscando compreender quais são as restrições e as liberdades discursivas, evidenciando a historicidade das categorias que os indivíduos usam para dar sentido às suas vidas. Com ele queremos entender como uma categoria como o “identitarismo” é gerada e modificada, e quais implicações nas atuais relações de poder ela produz.

Antes de apresentar os resultados, discuti-los e discorrer sobre as disputas políticas ao redor da raça, do gênero e da sexualidade e sobre as controvérsias produzidas a respeito dos partidos políticos alinhados à esquerda no Twitter, apresentamos a seguir um breve panorama teórico sobre representação e identidade. Após um brevíssimo histórico sobre políticas representativas e uma conceituação, ponderamos os limites da representação no que se refere à efetiva produção de legislação que realmente favoreça o grupo social do qual faz parte, que não pode ser baseada unicamente na mera inclusão dos sujeitos com marcas de diferença. Por fim apresentamos como o tema da representação para a raça, o gênero e a sexualidade se apresentam no Brasil.

2 Identidade e política representativa

No Brasil, o poder político estatal é oficialmente exercido por meio de uma democracia indireta, a representativa. A democracia representativa surge na Europa no final do século XVIII com os movimentos políticos da burguesia pela tomada do poder do Estado. O direito burguês condicionava modos de articulação da viabilidade do Estado por meio de declarações de direitos e constituições escritas.

Hanna Fenichel Pitkin (2006) faz uma notável revisão conceitual do uso do termo “representar” na definição política que temos hoje. Ela afirma que até “o século XVI não se encontra um exemplo de ‘representar’ com o significado de ‘tomar ou ocupar o lugar de outra pessoa, substituir’” (p. 20). É entre os séculos XVI e XVII que, em livros e no debate político sobre/no Parlamento inglês, que “representar” (*represent*, em inglês) e suas variações vão sendo politizados. Inicialmente referindo-se ao Parlamento como um todo, e posteriormente aos Comuns como grupo, o significado transita entre “‘pôr-se em lugar de outros’, pela via da substituição, para algo como ‘atuar para outros’” (p. 27).

O regime representativo “designa o sistema constitucional no qual o povo se governa por intermédio dos seus eleitos” (FELIX et al., 2004, online). Nele a participação popular é exercida pelo direito eleitoral, pelo voto, no qual alguns sujeitos, exercendo mandato temporário, atenderiam às expectativas dos eleitores. Juridicamente, o regime representativo é aquele que parte da presunção legal de que “as manifestações da vontade de certos indivíduos ou grupos de indivíduos têm a mesma força e produzem os mesmos efeitos como se emanassem diretamente da nação, em quem reside a soberania” (FELIX et al., 2004, online).

Diferentes e conflitantes interesses de cunho econômico, político e social de classes e grupos da população fragmentam a representação a partir desses grupos sociais de identificação. Nessa perspectiva, são os grupos sociais que reivindicam seus interesses e buscam visibilidade. Entretanto, o grande problema da lógica da identidade é supor que governados e governantes sejam e pensem de modo idêntico. Os críticos dessa perspectiva vão argumentar que, mesmo dentro de grupos sociais racializados e gendrados, existe uma diversidade de pensamentos, interesses e necessidades que não tornaria possível condensá-los em um único plano de representatividade.

É nesse sentido que Iris Marion Young (2006) critica a perspectiva identitária e construir uma lógica de representação baseada em marcas de diferença que, no entanto, não conceba a identidade de governantes e governados como unívoca e essencialista. Quando falamos em marcas de diferença desses grupos, estamos nos referindo a raça, idade, gênero, orientação sexual, religião, classe social, etnia, língua, nacionalidade, capacidade e outras.

Na democracia descentralizada das grandes sociedades massivas – com grande quantidade de contingente populacional e de diversidade de condições de vida –, problemas e vieses de representação mostram-se fluidos, sobrepostos e divergentes e em constante mudança ao considerarmos distintos contextos territoriais e históricos. As normas de representação têm evidenciado seu caráter excludente a certos grupos sociais que não são devidamente representados nos espaços de tomada de decisão. Há, portanto, a defesa de criação de mecanismos para a maior representação de grupos que são sub-representados, especialmente minorias e aqueles que estão sujeitos a desigualdades estruturais (YOUNG, 2006).

Tal fato mostra que, em algumas democracias do mundo, foi necessário criar legislações e normativas que garantissem minimamente a presença de representação desses sujeitos, incluindo maior presença feminina e de minorias raciais e étnicas nos órgãos legislativos. No Brasil, um exemplo importante é a Lei nº 9.504/1997, que, no artigo 10, parágrafo terceiro, legisla que “cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2009), o que visa reverter a baixa participação feminina no Congresso Nacional.

Porém, uma das críticas feitas a essas políticas de representação é que elas congelariam relações fluidas a uma identidade una e essencialista que desconsideraria a complexidade dos sujeitos em suas marcas de diferença e seus aspectos interseccionais. Desse modo, uma pessoa não teria a capacidade de representar interesses, opiniões e perspectivas de um grupo social.

Young (2006) constrói seu relato em defesa das representações de grupos minoritários, afirmando que o representante não exerce o papel de substituição de um grupo em sua ausência nem de identificação plena – como se estivesse *presente por* seus eleitores e agisse como eles agiriam se estivessem lá. Para ela, a representação é “um *relacionamento diferenciado* entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo” (p. 142, grifo da autora).

Parte do argumento central de Young (2006) é que representação e participação não se contrapõem; pelo contrário, uma requer a outra em uma relação política que se denomina democrática. É preciso conceber representação política (discussão e deliberação) como *processos mediados*, territorializados e historicizados, baseados nas relações dos eleitores entre si e com o representante.

A autora se apropria do conceito de *différance* de Jacques Derrida, especialmente por ele manter a noção de pluralidade sem requerer uma ideia de identidade única comum, entendendo que se pode ser similar sem ser idêntico e que diferença não quer dizer contrariedade. Ao considerar a *différance*, a ênfase da relação e do processo de representação não está na substância, mas em distintos períodos de tempos e espaço, nos quais “cada qual carrega vestígios da história dos relacionamentos que os produziram, ao passo que suas tendências atuais antecipam relacionamentos futuros” (YOUNG, 2006, p. 148). Essa relação de representação é fluída, pode facilmente se romper e é mantida com dificuldade.

Ao pensar reivindicações por justiça social considerando a política baseada em questões identitárias, Nancy Fraser (2006) enumera dois tipos: as *reivindicações redistributivas*, baseadas na distribuição mais justa dos recursos e da riqueza, e as *políticas de reconhecimento*, fundamentado na aceitação da diferença e na integração ou assimilação das perspectivas características das minorias étnicas, raciais, sexuais e de gênero. Além das disparidades sociais, econômicas e culturais, há também a política. Entre os obstáculos à paridade participativa, estariam os procedimentos de decisão que marginalizam de forma sistemática certas pessoas, inclusive na ausência de uma má distribuição e um reconhecimento

errôneo. Um exemplo são “as normas eleitorais dos distritos uninominais³ de ‘tudo para o ganhador’, que negam a voz às minorias quase permanentemente. A injustiça seria a ‘marginalização política’ ou a ‘exclusão’, e o remédio correspondente, a ‘democratização’” (p. 68, tradução nossa).

Em uma perspectiva teórica distinta, Judith Butler (2018) também questiona se uma política marcada pela lógica da identidade é capaz de fornecer condições para criar lógicas de associação em que seria possível viver juntos. Ela escolhe uma outra categoria, uma condição comum, que é a da precariedade, que presumiria “um conjunto de relações possibilitadoras e dinâmicas que incluem suporte, disputa, ruptura, alegria e solidariedade” (p. 24). A autora ainda destaca que a precariedade é

a rubrica que une as mulheres, os queers, as pessoas transgêneras, os pobres, aqueles com habilidades diferenciadas, os apátridas, mas também as minorias raciais e religiosas: é uma condição social e econômica, mas não uma identidade (na verdade, ela atravessa essas categorias e produz alianças potenciais entre aqueles que não reconhecem que pertencem uns aos outros) (p. 41).

Do ponto de vista da participação política a partir de marcas de diferença que produzem condições comuns sociais e econômicas, como gênero, raça e sexualidade, é importante destacar os aspectos que distinguem essa participação nos processos de representação democráticos institucionalizados e nos movimentos sociais. Céli Regina Jardim Pinto (1994) aponta que a principal diferença está nos modos como os discursos se constituem, sendo que o discurso político-partidário tende a uma pretensão de hegemonia, e o movimento social tem uma tendência corporativista.

Desse modo, os sujeitos políticos partidários buscam articular interesses mais gerais da sociedade, vista em sua totalidade – visando à hegemonia –, e o corporativismo dos movimentos sociais está nos modos como defendem princípios inarredáveis ao seu grupo social. Na prática, essas diferenças de articulação discursiva inferem na participação quando o campo da política partidária equipara a representação à capacidade de grupos e seus interesses de se fazerem representados, enquanto o movimento social a associa à ação direta (PINTO, 1994).

Apesar de discutir a questão da representatividade de minorias em um aspecto institucionalmente mais amplo, não só em funções de Estado e participação em atividades político-partidárias, mas também em outros espaços de poder e prestígio social, Silvio Luiz de Almeida (2019) defende que ela é importante para combater a discriminação e possibilitar abertura para reivindicações dessas minorias, especialmente

³ Aqueles que elegem apenas um representante.

como um projeto político coletivo. O autor destaca especialmente o desmantelamento da narrativa que mantém essas minorias em locais de subalternidade.

Questões estruturais de exclusão, como o racismo – mas poderíamos acrescentar a misoginia e a lgbtfobia também –, não se resumem, entretanto, a problemas unicamente de representativa, mas são também o que Almeida chama de uma questão de poder real. O fato de uma pessoa pertencente a uma minoria social ocupar um cargo de liderança não automaticamente a coloca em um lugar de poder nem alça sua minoria a esse lugar. Isso ocorre porque a “*representatividade é sempre institucional e não estrutural*, de tal sorte que quando exercida por pessoas negras, por exemplo, não significa que os negros estejam no poder” (p. 69, grifo do autor).

Uma pessoa pertencente a uma minoria alçada a um lugar de destaque pode não ser um representante tanto no sentido de não evocar as demandas de seu grupo social de pertencimento quanto de ser impossibilitada de agir a favor pelas estruturas políticas e econômicas que reproduzem as desigualdades como racismo e sexismo (ALMEIDA, 2019).

Do ponto de vista da participação no legislativo, a proporção de pessoas negras no parlamento federal brasileiro nunca ultrapassou a marca dos 9%. Há uma extensa literatura que aponta o fato de que a política brasileira é tomada majoritariamente por pessoas brancas. Entre as motivações, estão os modos de recrutamento partidário, distintos capitais educacionais de candidatos brancos e negros, a distribuição desigual dos recursos eleitorais nos partidos e o próprio racismo do eleitor (CAMPOS e MACHADO, 2015).

Já na perspectiva do Gênero, Daniela Leandro Rezende e Brenda Rodrigues Barreto Silva (2018) apontam que mulheres não chegam à metade dos filiados em partidos políticos no Brasil, e suas participações nos comitês executivos nacionais não chegam a 20% (estando o Brasil abaixo da média na América Latina). A literatura de representação das mulheres em espaços de poder demonstra que a sua participação nos partidos políticos garante incremento e fomento para participação na atividade política (REZENDE e SILVA, 2018).

Os partidos funcionam como *gatekeepers*, um filtro para a participação das mulheres – e, podemos aqui incluir, de outras identidades de gênero e raça –, pois são eles que definem a lista de candidatos que concorrerão e a distribuição de recursos dos fundos partidários para campanhas. O fato é que, segundo Rezende e Silva (2018), as mulheres ainda são minoria na elite partidária brasileira, o que diminui seu

acesso a posições em que podem influenciar meios para conquistas eleitorais. De fato, partidos com maior percentual de mulheres na comissão executiva nacional elegeram maior percentual de mulheres no Brasil nas eleições de 2010 e 2014 (REZENDE e SILVA, 2018).

O fato de mulheres terem chegado, no máximo, à metade das cotas de gênero a que legalmente têm direito – em 2018, 15% dos parlamentares federais eleitos eram mulheres, sendo que a cota é de 30% – justifica-se, segundo Teresa Sacchet (2020), entre outras coisas, pelo baixo número de candidaturas femininas que os partidos apresentam e pela desigualdade de distribuição do financiamento partidário entre homens e mulheres.

Na pesquisa de Sacchet (2020) a respeito do papel dos partidos na operação de promoção e constrangimento de mulheres em posições eletivas, apenas três dos 22 partidos nas eleições federais de 2018 apresentaram alto nível de comprometimento em promover mulheres nos processos eleitorais. Esses partidos elegeram, em média, 40,5% dessas mulheres em suas bancadas. Na mesma pesquisa, a investigadora constatou que os partidos com espectro ideológico mais à esquerda estavam mais propensos a investir na promoção de candidatas femininas. Os partidos menos responsivos à questão das mulheres foram os partidos de direita e centro-direita (SACCHET, 2020).

A autora, entretanto, destaca o caso do PSDB, que mudou muito significativamente seu quadro em relação à eleição anterior, apresentando o mais alto índice de responsividade em relação a candidatas mulheres. Sacchet atribui o aumento à atuação do Secretariado Nacional da Mulher do PSDB (PSDB Mulher), que exigiu o repasse percentual previsto em lei para todas as candidatas em todos os estados. Esse caso especificamente reforça a centralidade da distribuição dos recursos financeiros do partido para um bom desempenho eleitoral e a necessidade da efetiva mobilização das mulheres nos partidos para consegui-lo (SACCHET, 2020).

A luta por representantes LGBTQIA+ nos partidos e nas funções eletivas do Estado é antiga e complexa. Até os anos de 2010, era comum não haver a inclusão da agenda LGBT pelos programas partidários (MARQUES e D'ÁVILA, 2010). A primeira travesti eleita no Brasil foi Kátia Tapety na cidade de Colônia do Piauí (PI), em 1996. Excetuando ela, apesar de muitas ações de movimentos organizados, candidatos assumidamente LGBT não conseguiam êxito em suas candidaturas até aquele período (SANTOS, 2016).

Ainda que a literatura brasileira a respeito da intersecção do movimento LGBTQIA+ nos partidos políticos brasileiros seja escassa (PEREIRA, 2017), alguns motivos para a dificuldade de inserção nos partidos podem ser delineados. Gustavo Gomes da Costa Santos (2016) salienta que sempre houve um grande receio de “instrumentalização” do movimento social LGBT para fins político-eleitorais alheios à causa, evidenciado pelas denúncias de “personalização” de alguns sujeitos que não incorporavam as agendas do movimento social. Outra razão é a heterogeneidade do ponto de vista econômica, social e político da população LGBTQIA+, que resulta em conflitos de articulação e impossibilidade de consenso, fragmentando o voto potencial dessa população (SANTOS, 2016).

Quando se trata da militância e representação política LGBTQIA+, tratamos de pessoas que constroem suas identidades a partir de suas trajetórias individuais para se afirmarem em suas orientações sexuais e identidades de gênero. Diferentemente do sexo e da raça, que, de modo geral, são mais pré-discursivos – isto é, os sujeitos são identificados pelo Outro para além de sua autodeclaração –, muitas vezes a sexualidade e identidade de gênero precisam ser verbalizadas, assumidas, para tornarem-se uma questão.

Uma característica importante nesses casos é que muitos candidatos LGBTQIA+, ainda que se autoidentifiquem como pertencentes a uma identidade dissidente às normas de gênero e sexualidade, nem sempre assumem as lutas para promover equidade de gênero, romper com a cis-heteronormatividade dominante, reconhecer a diversidade sexual; enfim, politizar a própria sexualidade e o gênero para fins de produção de políticas inclusivas a seu grupo social (PEREIRA, 2017).

3 Disputa de sentidos em torno do “identitarismo” no Twitter

Em uma primeira aproximação dos dados, vemos que as principais formas ativas (termos de significativa influência no significado geral do *corpus*), selecionando as palavras de relevância para nosso objetivo, com maior frequência, no conjunto dos textos, foram (nesta ordem): “esquerda”, “pauta”, “negro”, “direita”, “mulher”, “luta”, “classe”, “partido”, “branco”, “discurso”, “psol”, “voto”, “eleição”, “pt”, “liberal”, “racismo”, “homem”, “causa”, “candidato”, “perder”, “minoria”, “movimento”, “pdt”, “boulos”, “preto”, “marxista”, “conservador”, “trabalhador”, “progressista”, “candidatura”, “vereador”, “militância”, “gênero”.

De início, já percebemos que, em linhas gerais, o conjunto textual é fortemente baseado em vieses políticos (esquerda, direita, conservador, progressista), alguns partidos e candidato de esquerda, algumas referências ao processo eleitoral, ações pautadas em lutas ideológicas (discurso, luta, causa) e em marcas de diferença (identitárias), relacionadas a raça e gênero.

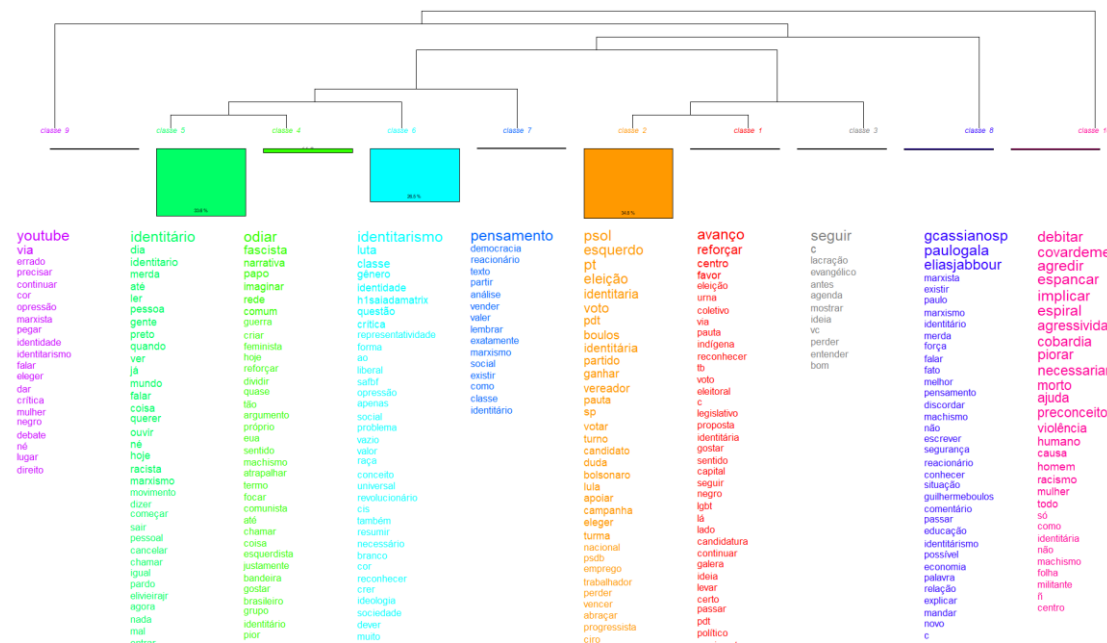


Figura 1 – Dendrograma com as categorias geradas a partir dos tweets sobre “identitarismo” durante os dois turnos das eleições municipais de 2020. **Fonte:** elaboração própria.

A partir da distribuição em seções feitas pelo software, nós construímos cinco categorias principais. Na Figura 1, podemos ver: a categoria 1 “Disputas políticas ao redor da raça, do gênero e da sexualidade”, composta pelas seções 5 (em turquesa), 6 (azul-claro), 4 (verde) e 7 (azul-ciano) – apresentadas aqui em ordem de importância a partir do agrupamento –; a categoria 2 “Partidos políticos e controvérsias à esquerda”, composta pelas seções 2 (laranja), 1 (vermelho), 3 (cinza) e 8 (azul-escuro); e, por fim, a categoria 3 “O caso Beto Freitas e o uso de robôs”, composta pela seção 10 (rosa). A seção 9 (roxo) não produziu uma categoria sendo feita por tweets de divulgação de material externo na plataforma do Twitter.

A seguir apresentaremos a descrição de cada uma delas.

3.1 Disputas políticas ao redor da raça, do gênero e da sexualidade

Uma parte bastante significativa das formas ativas (62,53%) tratava da questão de raça, de gênero e de sexualidade. As vantagens presentes nos discursos analisados de um “voto identitário”, de um “movimento identitário” ou mesmo de um “identitarismo” seriam a de promover a inclusão de minorias em posições de poder e de ajudar suas comunidades, além de segmentos tradicionalmente excluídos do jogo político – pessoas negras, mulheres, pessoas LGBTQIA+, indígenas e quilombolas – poderem lutar contra ideais autocráticos de poder. Porém, de modo geral, o “identitarismo” e a “perspectiva identitária” assumem majoritariamente um uso para a crítica a respeito de uma certa postura, ação ou lógica de pensamento que se baseia em identidades minoritárias.

Especialmente a questão racial aparece expressivamente em termos como “preto”, “negro”, “branco”, “pardo” e “racista”. Quando constatamos como os dispositivos de raça, de gênero e de sexualidade foram articulados nos discursos presentes no debate, entre as críticas mais à esquerda-progressista⁴, estão: a dificuldade de diálogo com a população menos instruída por ser um tema muito academicista; o fato de pessoas que desejam assumir posições de poder e que têm algum traço identitário minoritário não significar que elas farão um mandato em defesa das pautas da minoria à qual pertencem, que desviaria o foco dos fatores econômicos; a dificuldade de diálogo com a militância identitária; e a cooptação pela grande mídia.

Uma crítica mais à direita-conservadora ao “identitarismo” foca em temas como a hierarquia de opressão, o entendimento de que as pautas identitárias são um trunfo no debate próprio à esquerda, no fato de que o “movimento identitário” seria estrangeiro à realidade brasileira, que marca um “vitimismo” do debate político atual e que, na verdade, em vez de incluir todos, provoca mais exclusão.

Já uma certa defesa da causa identitária vinda apenas de um espectro mais à esquerda dirá que essas críticas são uma tentativa de diminuir a luta de minorias raciais, de gênero e sexuais calcadas na ideia do “homem universal”, afirmando que as exclusões são estruturais e que encobrem privilégios de identidades dominantes.

⁴ Quando tratamos de esquerda e direita, falamos de pontos de vista caricaturais que certas posições políticas tomam nas plataformas de redes sociais. A posição à esquerda-progressista seria aquela que assume o protagonismo do Estado na gestão da população e que é mais progressista do ponto de vista dos costumes. Do mesmo modo, quando falamos de direita-conservadora, tratamos de um ponto de vista neoliberal associado a um conservadorismo para as pautas acerca dos comportamentos sociais.

Detalhando as controvérsias em torno de uma crítica mais à esquerda-progressista, um dos fatores levantados é que, para a população negra, pobre e pouco escolarizada, a busca por acesso mínimo a bens de consumo e serviço é prioritária, e seria difícil pautar a inclusão de fatores específicos às minorias. Por outro lado, a defesa de uma posição identitária responde a essa crítica afirmando que há uma indefinição dessa população como “povo” ou “povão” e que essas pautas específicas são justamente as que a inclui, pois ela é composta justamente por negros, mulheres, indígenas, LGBTs e pessoas com deficiência.

A crítica ao “identitarismo” é bastante calcada numa crítica a um certo academicismo que dificultaria o diálogo, o que torna uma chamada “esquerda identitária” incapaz de se eleger. O uso de categorias do campo acadêmico como “lugar de fala”, “colorismo”, ações de “cancelamento” e o uso de “pronomes neutros”, questionando o binarismo de gênero, são apontados como dificuldade de diálogo com a “militância identitária”. Também há referências a uma “bolha identitária”, que incluiria, em certos circuitos, uma linguagem própria que não conseguiria se comunicar com outros setores da sociedade.

É bem expressiva a desaprovação do fato de que fazer parte de um grupo não equivale a defender as demandas das pautas de seu grupo social e que o candidato com marca de diferença minoritária pode assumir posições que são reacionárias. Desse modo, é preciso que o candidato pertencente a um grupo minoritário assuma aberta e explicitamente posturas antirracistas, contrárias à misoginia e à lgbtfobia. De mais a mais, seria preciso que também rompa com a lógica capitalista. Nesse sentido, a censura no campo da esquerda ao “movimento identitário” seria que ele é muito *soft*, menos radical para a luta de classes (debateremos mais a esse respeito no item 3). Alguns nomes são apontados, como o vereador Fernando Holiday e o presidente da Fundação Cultural Palmares Sergio Camargo, ambos negros (o primeiro também gay), que tomam posturas e ações contrárias a luta antirracista.

Além disso, são apontadas as contradições entre as pautas identitárias. Uma delas é a da então candidata à prefeita no Rio de Janeiro pelo PDT delegada Martha Rocha, que se, por um lado, pautaria as demandas de representação de gênero, por outro, teria sido responsável pela prisão do jovem negro Rafael Braga, o que corroboraria com o encarceramento e o genocídio da juventude negra. Haveria aí uma situação conflituosa entre as pautas do gênero e da raça.

Vale também pormenorizar o discurso mais conservador que afirma que não é possível no Brasil, que tem uma história de intensa miscigenação, falar de políticas raciais e, bastante significativamente, os

argumentos sobre uma impossibilidade de articular políticas identitárias pela lógica da hierarquia ou disputa de opressão. Alguns *tweets* falam de uma “fila da política identitária” em que alguns grupos minoritários teriam prioridade em relação a outros.

Do ponto de vista daqueles que defendem a importância de políticas identitárias, especifica-se que o uso do termo “identitarismo” diminuiria a luta minoritária, como evidencia este *tweet* de uma usuária: “Agora com mulheres negras, pessoas LGBTQ+, indígenas e quilombolas se elegendo como nunca em 2020, será que os progressistinhas, que usam a expressão ‘identitarismo’ para desprezar pautas minoritárias, vão parar de falar bobagem e começar a aprender a ouvir mais o povo!?”. Nessa lógica é destacado o fato de serem problematizadas pela crítica apenas certas identidades, e não identidades privilegiadas e de dominação como as identidades “branco”, “cristão” e “heterossexual”; cada um com sua demanda de pauta a partir da própria vivência (sobre sentir a dor): “representação interseccional”.

Alguns candidatos que concorriam a prefeito, vice-prefeito e vereador recebiam destaque pela promessa de ações antirracistas e da inclusão na equipe de governo de pessoas negras e mulheres. Por outro lado, alguns candidatos eram apontados como oportunistas por surfar na pauta identitária, sendo que, em períodos anteriores, a teriam criticado.

3.2 Partidos políticos e controvérsias à esquerda

Outra parte da discussão era composta de *tweets* (36,25% das formas ativas) que tratavam da relação dos partidos políticos e das ideologias de esquerda, marcadamente o marxismo, com o “identitarismo”.

De modo geral, o debate em torno do “identitarismo” é um debate entre partidos de esquerda, entre si. Partidos de direita são citados geralmente para afirmar que o fato de um candidato fazer parte de um grupo minoritário não significa que ele irá bancar uma pauta em prol do direito de pessoas negras, mulheres e LGBTQIA+ nem da classe trabalhadora. Um caso emblemático no *corpus* é o do homem transgênero Thammy Miranda, eleito com 40 mil votos para vereador na cidade de São Paulo. Sobre o caso, um usuário tuitou: “Thammy Miranda eleito vereador em SP pelo PL, partido pró bozo⁵, conservador, neoliberal. Pauta identitária sem o mínimo de consciência de classe pra mim é igual merda”.

⁵ O usuário está afirmando que o Partido Liberal (PL) apoia o presidente Jair Bolsonaro.

O debate girou em torno principalmente de três partidos: Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Democrático Trabalhista (PDT). Os argumentos giram em torno do desempenho dos partidos nas eleições municipais a partir das pautas de cunho identitário.

Tensiona significativamente o debate o PSOL; os outros dois são postos em relação a ele. O PSOL toma protagonismo por ter emplacado o candidato Guilherme Boulos para prefeito no segundo turno das eleições municipais no maior pleito eleitoral do Brasil, a cidade de São Paulo, que, da esquerda, tradicionalmente elegia candidatos do PT. Além disso, o PSOL, um partido mais novo em relação aos outros dois, se destacou por promover candidatos e candidatas a vereador(a) e alguns mandatos coletivos calcados na pauta da defesa de minorias raciais, de gênero e de sexualidade. Enquanto a esquerda, de modo geral, perdeu 2,72% dos seus votos, o PSOL cresceu 6,42% em relação à eleição anterior. Em relação aos vereadores, o PSOL elegeu 75, subindo 33,93%. Proporcionalmente, foi o partido que mais cresceu no espectro à esquerda (SANTOS e FACHIN, 2020). O PSOL elegeu para prefeito Edmilson Rodrigues em Belém, capital do Pará.

A crítica ao “identitarismo” em partidos de esquerda se pauta em afirmar que essa tendência criaria um separatismo na esquerda e que ele a tornaria mais administrável por setores da elite. Central é o argumento de que o “identitarismo” é um fardo, algo a ser evitado, pois tem inviabilizado os principais focos dos partidos de esquerda, que são o direito do trabalhador, a luta de classes e contra o sistema capitalista.

As alas identitárias estariam se infiltrando nos partidos e destruindo as tradições dos partidos de trabalhadores, progressistas, bem como socialistas e marxistas. Há uma surpresa com o crescimento do discurso identitário nos partidos de esquerda, que passa a ditar decisões dentro dos partidos. Os discursos parecem carregar um desagradável sentimento de cobrança de uma nova esquerda.

As verbas internas dos partidos já estariam sendo conduzidas para esse novo polo de poder, segundo o *tweet* de um usuário: “A condução das verbas eleitorais do partido mudaram muito, o perfil de candidato que ganha o \$ mudou, vamos ver se deu certo, parece que saiu do pessoal do sindicato pros identitários, acho até que tendem a cair por isso. Embora o jovem imbecil da esquerda identitária já vote”.

O anti-identitarismo, assomado ao antipetismo, seria o responsável pelo crescimento dos partidos de direita. O “identitarismo” é associado aos modos como atuam grupos de direita atual – como MBL –,

tidos como “históricos” e “sectários”, ao adotar a vinculação do emocional com o identitário. É uma tendência bastante associada à juventude socialista com força nas universidades brasileiras.

Os partidos que estão muito ligados à ideia identitária levariam desvantagem nas eleições. Inclusive, há uma associação da derrota da esquerda em várias capitais colocando como causa os partidos se associarem às pautas identitárias, abrindo mão de uma base popular sindical. Além do mais, mesmo após as eleições, caso eleitos, a pauta identitária não teria capilaridade nas câmaras para se efetivarem.

Nesse sentido, o PSOL não seria uma esquerda de verdade, não dialogaria com a tradição dos partidos de esquerda, que é trabalhista. Curiosamente é também adjetivado como esquerda radical ou extrema e, de algum modo, encampar a pauta do “identitarismo” leva a essa conclusão: “Talvez algm considere, de pronto, o PSTU ou o PCO como extremistas, mas o fato é que o identitarismo e seus afluentes que compõem a nova esquerda são por si só totalitários. PSOL é um partido firmado exatamente sobre essas estruturas”.

Em relação ao PT, o PSOL seria o partido que tomaria para si o protagonismo da outra legenda. O fato de o Partido dos Trabalhadores debater a inclusão das pautas identitárias é considerado pelos críticos do “identitarismo” uma submissão ao PSOL, que o partido estaria se “psolizando” e que isto seria a destruição do partido: afastar-se de uma tradição trabalhista.

Já o PDT surge em muitos *tweets* como o partido com enfoque trabalhista que não se vendeu ao identitarismo, um partido à esquerda que surge como opção ao PT e ao PSOL. A alguns membros do PDT é atribuída a construção da crítica da esquerda que toma o PSOL como o partido identitário. A desaprovação dessa condenação do PDT às pautas identitárias aparece neste *tweet* de uma usuária: “Esquerda que ã dialoga com pautas anti-opressão(não identitarismo) ã é esquerda. Quem trata a classe trabalhadora como homogênea(branca, masculina, heteronormativa) é ignorante ou age de má-fé. Não a toa essa crítica descabida do PDT alimentou fachos⁶ dentro do partido”. Outro usuário escreveu uma mensagem destacando as fraquezas dessa estratégia de descrédito ao “identitarismo”: “Problemas do PDT além da nacional, e a falta de investimento em marketing é essa turma que fica "ain identitarismo" Que porra é essa meu irmão? Já viu partido de esquerda negar movimento social? Em vez de disputar e trazer essa turma pra pauta econômica quer escolher votos”.

⁶ Gíria para “fascista”.

Por outro lado, o PDT foi o partido com maior número de candidaturas LGBTQIA+ das eleições de 2020. Além disso, a vereadora Duda Salabert, uma mulher trans com pautas em defesa de minorias, foi eleita pela legenda com recorde de votação na cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. Algumas mensagens do corpus apontam as distintas tendências convivendo dentro do partido.

Na perspectiva de quem assume uma postura de defesa das pautas identitárias, há uma crítica aos partidos que ficam apenas no discurso a respeito de necessidade de representação, mas não realmente propõem agendas para pensar políticas para os grupos minoritários. Ademais, a crítica ao “identitarismo” seria um incômodo com a candidatura de mulheres, pessoas negras e LGBTQs. Sobre isso, uma usuária publicou: “Uma coisa q a esquerda não quer mais é velho branco empurrado pelo partido para se candidatar e mostrou isso com os vereadores eleitos esse ano, se quer gente próxima do povo e ‘identitária’ sim, mais mulheres, negros, indígenas, LGBTQs que conhecem de perto a vida q querem pautar”.

3.3 O caso Beto Freitas e o uso de robôs

Alguns outros fatores atravessaram o debate em torno do “identitarismo” nas eleições municipais de 2020 no Twitter. Um deles foi a eleição para presidente dos Estados Unidos e os debates que envolviam raça, gênero e sexualidade. Destaca-se que a vice-presidente eleita naquela ocasião foi Kamala Harris, a primeira mulher racializada a ocupar a posição, bem como a inclusão de pessoas LGBTQs e negras na equipe de governo do novo presidente e a influência do movimento Black Lives Matter no resultado do processo eleitoral.

Além desse acontecimento, e mais significativo, foi o caso do assassinato de João Alberto Silveira Freitas, conhecido como Beto, um homem negro de 40 anos espancado até a morte por funcionários de uma grande rede de supermercados na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em 19 de novembro, ironicamente na véspera do Dia da Consciência Negra no Brasil. O caso se tornou especialmente significativo para debater a situação da população negra no Brasil por lembrar muito a ocorrência do norte-americano George Floyd, morto por asfixia pela polícia, o que incendiou os conflitos de rua nos EUA e impulsionou o movimento Black Lives Matter (SPERB, 2020).

Algumas das discussões da primeira categoria quando tratamos sobre raça foram atravessadas pela inclusão do caso Beto Freitas. Porém, uma mensagem repetida *ipsis litteris* por 32 vezes no período fez

com que o software criasse uma categoria especialmente para ela. A postagem era: “Um homem foi covardemente espancado e morto por ter agredido uma mulher. Uma espiral de violência - que não necessariamente implica racismo, mas covardia. Debitar toda e qualquer agressividade humana em causa identitária não só não ajuda como piora o preconceito”.

Foram 13 perfis diferentes publicando a mesmíssima mensagem em diferentes momentos do dia 20 de novembro, respondendo a postagens sobre o caso Beto Freitas realizadas por perfis de relevância para o debate, como portais de notícia, políticos famosos, *influencers*, perfis de movimentos sociais e personalidades da mídia. Isso sugere o uso de robôs para modular o debate na plataforma do Twitter.

Os robôs que atuam nas plataformas de redes sociais, chamados de *bots*, são programas de software autônomos que usam processamento da linguagem natural para agirem como se fossem humanos nas redes sociais. Eles têm sido usados por alguns agentes com a finalidade de modular estruturalmente conversas ao ponto de interferir no jogo democrático.

Lorena Lucas Regattieri (2019) nomeia esses *bots* das plataformas como *agentes de expressão* que se organizam nas redes para certas tarefas específicas. Esses *bots* “atuam gerenciando modularidades e ativando padrões de ativação no fluxo de informação nas redes sociais” (p. 145). De fato, essa ação específica acabou tendo reverberações em nosso processo de pesquisa pelo simples fato de que essa mensagem particularmente utilizava o termo “identitária”. Não há como saber quantas outras foram geradas com essa finalidade. Fica aqui o questionamento: a quem interessa, nesse caso do assassinato de Beto Freitas, financiar a ação de robôs para inflar a mensagem de que não há componente racista nessa morte?

4 Em que ponto do debate estamos?

Com este artigo, buscamos dar ordem aos discursos enredados e fragmentários sobre “identitarismo” na plataforma de rede social Twitter para que seja possível vislumbrar a diversidade de construções de discursos políticos ao redor do tema. Mesmo sendo um termo em estado de controvérsia, isto é, em que os sentidos ainda estão em processo de negociação – não sem conflito –, não podemos dizer que ele não existe nem mesmo menosprezá-lo, já que está sendo operado e produzindo efeitos políticos em nossa sociedade, aparecendo tanto na mídia hegemônica como nas plataformas de redes sociais.

O que a leitura dos dados sumarizados nos mostra é que, na maior parte dos casos, o “identitarismo” é operacionalizado como modo de depreciar partidos, ações e movimentos que se baseiam prioritariamente na luta pelo direito das minorias raciais, de gênero e sexuais. Não foram encontradas mensagens de pessoas que se entendiam como “identitaristas”, apenas aquelas que compreenderam a censura e o demérito de certas posições argumentativas e defendem a importância das pautas identitárias. Em outras palavras, ninguém se diz seguidor de um “identitarismo”; é apenas uma forma como certas posturas políticas são nomeadas por Outros.

É importante destacar a ação dos algoritmos nas plataformas de redes sociais, que atuam de modo a dar um uso econômico da produção dos usuários, assim acirrando as práticas de vigilância e modulação comportamental. Assim, as plataformas operam por algoritmos de seleção e hierarquização de conteúdos que se utilizam da produção do usuário para lhe promover produtos, aprimorar sistemas de previsão de tendências e mantê-lo por mais tempo nas redes. Esse sistema tem privilegiado tecnicamente opiniões mais extremas e polêmicas, justamente por produzirem mais engajamento. Não podemos, portanto, desconsiderar a ação da plataforma na própria performance dos sujeitos que as usam que, consciente ou inconscientemente, buscam visibilidade naquela ambiência.

Assim notamos que as mensagens assumem comumente um tom bélico, com uso de indiretas, em que, na superfície do texto, o alvo das críticas não é explícito (salvo exceções). Há, assim, uma intenção de provocar o Outro de alguma maneira, pela associação, pela discordância ou pela curiosidade.

Associado majoritariamente a partidos de esquerda, o termo “identitarismo”, quando usado por sujeitos desse mesmo espectro político, refere-se àquelas reivindicações de cunho identitário que não levam em consideração as questões de classe. Um usuário chega a falar em tom de deboche que uma forma de descobrir se alguém é de um movimento identitário é perguntar a uma pessoa negra em uma manifestação se ela vislumbra o fim do capitalismo e, se a resposta for não, ela seria identitária. Por outro lado, defensores de políticas identitárias afirmam que a rejeição a elas e a acusação de “identitarismo” desnudam aqueles que não estão preparados para as mudanças que incluem as agendas de sexualidade, de gênero, raciais e interseccionais.

Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9899-4378>

UFES, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades, Vitória (ES), Brasil

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas / UFBA

E-mail: sergiorodrigosf@gmail.com

Recebido em: 13 de junho de 2023.

Aprovado em: 25 de agosto de 2023.

Referências:

AGUIAR, Thais Florencio De. A demofobia na democracia moderna. **Dados**, [S. l.], v. 54, n. 4, 2011.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000400004.

ALMEIDA, Silvio Luiz De. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANÍBAL, Felipe. **Arco-íris na urna**. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/arco-iris-na-urna/>.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 16, p. 121–151, 2015. DOI: 10.1590/0103-335220151606. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151606>. Acesso em: 11 fev. 2021.

DW. **O avanço da diversidade na eleição municipal de 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-avanço-da-diversidade-na-eleição-municipal-de-2020/a-55641506>.

FELIX, Renan Paes; PEREIRA, Lucas Clemente de Brito; BEZERRA, Pedro Ivo Soares. O regime representativo e sua crise. **Revista Jus Navigandi**, [S. l.], v. 9, n. 212, 2004.

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v23.ed51.2023.365>

ALCEU (Rio de Janeiro, online), V. 23, Nº 51, p. 70-93, set./dez. 2023

FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva. Que história contam os rastros digitais no Facebook sobre a recente história do movimento de pessoas transgêneras no Brasil? *In*: ENCONTRO VIRTUAL DA ABCIBER 2020 2020, **Anais** [...]. : Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura, 2020. Disponível em: <http://abciber.org.br/simposios/index.php/virtualabciber/virtual2020/schedConf/presentations>.

FRASER, Nancy. La justicia social en la era de la política de la identidad: redistribución, reconocimiento y participación. *In*: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel (org.). **¿Redistribución o Reconocimiento?: un debate político-filosófico**. Madri: Pandeia Galiza-Morata, 2006.

MARQUES, Vera Lucia; D'ÁVILA, Paulo. O movimento LGBT e os partidos políticos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 3, p. 1–34, 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/29084>. Acesso em: 11 fev. 2021.

NÚMERO, Gênero e. **Eleições 2020**. 2020. Disponível em: <http://generonumero.media/eleicoes2020/>.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. Movimento LGBT e Partidos Políticos: construindo uma Agenda de Pesquisa. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 121–132, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/23799/15432>.

PINTO, Céli Regina Jardim. Mulher e Política no Brasil: Os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 256–270, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16109>.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e idéias. **Lua Nova**, [S. l.], n. 67, p. 15–47, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-64452006000200003>.

REGATTIERI, Lorena Lucas. Bots como agentes de expressão: regime de visibilidades e o poder de criar redes. **Revista Contracampo**, [S. l.], v. 38, n. 3, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/28504>.

REPÚBLICA, Presidência Da. **Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009**. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm#art3.

REZENDE, Daniela Leandro; SILVA, Brenda Rodrigues Barreto. Gênero e partidos políticos : uma análise exploratória de comissões executivas e suas implicações para a representação política de mulheres. *In*:

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v23.ed51.2023.365>

ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA 2018, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: ABCP, 2018. p. 1–19. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5951>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SACCHET, Teresa. A Culpa é dos Partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais. *In*: BIROLI, Flavia; TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Carla; HOLANDA BUARQUE DE, Cristina; OLIVEIRA ELIAS DE, Vanessa (org.). **Mulheres, Poder e Ciência Política: Debates e Trajetórias**. Campinas: Editora Unicamp, 2020. p. 376.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual e política eleitoral: Analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, [S. l.], n. 23, p. 58–96, 2016. DOI: 10.1590/1984-6487.sess.2016.23.03.a. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.23.03.a>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SANTOS, João Vitor; FACHIN, Patricia. **Eleições 2020: em meio à pandemia, crescimento do PSOL, derrota de Bolsonaro, vitória do Centrão e avanço de indígenas, negros, LGBTQ+**. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/604699-eleicoes-2020-em-meio-a-pandemia-crescimento-do-psol-derrota-de-bolsonaro-vitoria-do-centrao-e-avanco-de-indigenas-negros-lgbtq-confira- algumas-analises>.

SPERB, Paula. **Ministério Público denuncia seis pessoas por morte de Beto Freitas no Carrefour**. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/12/ministerio-publico-denuncia-seis-pessoas-por-morte-de-beto-freitas-no-carrefour.shtml?origin=uol>. Acesso em: 27 fev. 2021.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova: revista de cultura e política*, [S. l.], n. 67, p. 139–190, 2006.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial (CC-BY-NC 4.0), que permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.